

**9. PROPOSTA – PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2021:**

Submete-se proposta para apreciação do Executivo Municipal, com vista à Assembleia Municipal, que vai em anexo.

## **PROPOSTA**

### **PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2021 -**

#### **CONSIDERANDO QUE**

No dia 17 de agosto de 2018 entrou em vigor a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

#### **CONSIDERANDO QUE**

O art.º 4º desta Lei-quadro, sob a epígrafe *Concretização da transferência das competências*, determinou, no seu nº 2, a possibilidade de concretização gradual do processo, admitindo a recusa das competências para os anos de 2019 e 2020.

#### **CONSIDERANDO QUE**

Ao abrigo dessa possibilidade, a Assembleia Municipal de Braga, em diversas sessões ocorridas no ano de 2019, sob propostas da Câmara Municipal, deliberou a não aceitação das competências constantes dos vários diplomas setoriais publicados, para o ano de 2019 e 2020.

#### **CONSIDERANDO QUE**

O nº 4 do referido artigo e diploma, estabelece que *“Todas as competências previstas na presente lei consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021, sem prejuízo do disposto no nº 4 do artigo 40º”*.

#### **CONSIDERANDO QUE**

É do conhecimento público a intenção do Governo adiar a entrada da transferência de determinadas competências para o ano de 2022.

#### **CONSIDERANDO QUE**

Se desconhece ainda que tipo de adiamento será determinado e o que abrangerá,  
**PROPÕE-SE** que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal

R.

que o Município de Braga **pretende a transferência, no ano de 2021**, das competências previstas nos **seguintes diplomas**:

1. **Decreto-Lei nº 98/2018 de 27 de novembro**: aceitação das competências no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos, ao abrigo do artigo 28º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.
2. **Decreto-Lei nº 107/2018, de 29 de novembro**: aceitação das competências no domínio do estacionamento público, ao abrigo do artigo 27º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.
3. **Decreto-Lei nº 32/2019, de 4 de março**: aceitação das competências no domínio do policiamento de proximidade, ao abrigo do artigo 23º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.

Braga, 18 de março de 2020

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA,**



---

(Ricardo Rio)